

**ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL E ESTRATÉGIAS PARA SUPERAÇÃO**

**FUNCTIONAL ILLITERACY IN BRAZIL: A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS
AND STRATÉGIES FOR IMPROVEMENT**

**ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL E ESTRATÉGIAS PARA SUPERAÇÃO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-059>

Data de submissão: 04/08/2025

Data de publicação: 04/09/2025

André Costa da Silva

Doutorando em Psicologia

Instituição: Universidade Paulista (UNIP)

E-mail: andre.silva522@docente.unip.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7930236774719287>

Rodrigo Soares da Costa

Mestrado em Engenharia Agrícola

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

E-mail: rodrigo.sdcosta@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6954442531012048>

Janaina Santana da Costa

Pós-doutora, Doutora e Mestre em Educação

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

E-mail: janaina.costa@uft.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8513785193151221>

Erasmo Baltazar Valadão

Pós-doutor e Doutorado em Educação

Instituição: Universidade de Brasília (UNB)

E-mail: janaina.costa@uft.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2635832123456273>

Rayane Emanuelle de Oliveira Valentim

Mestra em Inovação e Tecnologias Educacionais

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: rayane822@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2743805603580339>

Thaís Souza dos Santos

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: thaisza12@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5551483222802562>

Maria da Conceição Félix da Silva

Pós-graduação em Língua Portuguesa e Matemática Numa Perspectiva Transdisciplinar

Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: maracon95@gmail.com

Link: <http://lattes.cnpq.br/3759436071800483>

Anderson Medeiros Teixeira

Especialização em Prescrição de Atividade Física para Grupos Especiais

Instituição: Universidade Gama Filho

E-mail: andersonmt79@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4340712704789015>

Francisca Aurea Barbosa

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Faculdade Atenas

E-mail: profes.aurea@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0370203128424024>

Lecitânia de Medeiros Barbosa Boudreau

Graduada em Pedagogia

Instituição: Universidade Vale do Acaraú

E-mail: lecitboudreau2018@gmail.com

João Paulo Medeiros da Cunha

Mestre em Geografia

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: joaopaullosm@hotmail.com

Patricia Picciarelli Felizardo

Especialista em Psicopedagogia Institucional

Instituição: Universidade Paulista

E-mail: propaty3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6276459914031779>

Sheila Azevedo Pereira

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

E-mail: sheilaazevedo@yahoo.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9522354931844548>

RESUMO

O analfabetismo funcional no Brasil constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento social e econômico, atingindo 29% da população entre 15 e 64 anos, segundo o Inaf 2024. Apesar da universalização do acesso escolar, milhões de brasileiros permanecem incapazes de interpretar textos, aplicar conceitos matemáticos básicos ou utilizar competências digitais, o que compromete sua cidadania plena. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e bibliográfica, apoiando-se em dados do Inaf, IBGE, UNICEF e UNESCO, além de literatura especializada. A investigação revela que o fenômeno é atravessado por desigualdades históricas e estruturais, relacionadas a recortes etários, raciais, regionais, de gênero e de renda. A pandemia de

Covid-19 agravou esse quadro, provocando regressão cognitiva e ampliando a exclusão digital, especialmente entre jovens e idosos. A análise também destaca que políticas públicas fragmentadas não têm sido suficientes para enfrentar o problema. Experiências locais, como o Sistema Sciliar em Alagoas e projetos comunitários de letramento, demonstram que metodologias baseadas em evidências, formação docente continuada e práticas decoloniais podem contribuir para avanços significativos. O estudo conclui que a superação do analfabetismo funcional exige um pacto nacional intersetorial, capaz de integrar educação, tecnologia e inclusão social.

Palavras-chave: Analfabetismo Funcional. Desigualdades Educacionais. Políticas Públicas. Letramento Crítico.

ABSTRACT

Functional illiteracy in Brazil remains one of the main obstacles to social and economic development, affecting 29% of the population between 15 and 64 years old, according to Inaf 2024. Despite the universalization of school access, millions of Brazilians are still unable to interpret texts, apply basic mathematical concepts, or use digital skills, which undermines their full citizenship. This study adopts a qualitative approach, based on documentary and bibliographic analysis, supported by data from Inaf, IBGE, UNICEF, and UNESCO, as well as specialized literature. The findings reveal that the phenomenon is shaped by historical and structural inequalities related to age, race, region, gender, and income. The Covid-19 pandemic worsened this situation, leading to cognitive regression and expanding digital exclusion, particularly among young people and the elderly. The analysis also highlights that fragmented public policies have been insufficient to address the issue. Local experiences, such as the Sciliar System in Alagoas and community literacy projects, demonstrate that evidence-based methodologies, continuous teacher training, and decolonial practices can contribute to significant progress. The study concludes that overcoming functional illiteracy requires a national and intersectoral pact capable of integrating education, technology, and social inclusion.

Keywords: Functional Illiteracy. Educational Inequalities. Public Policies. Critical Literacy.

RESUMEN

El analfabetismo funcional en Brasil constituye un dos principales entraves al desarrollo social y económico, alcanzando el 29% de la población entre 15 y 64 años, segundo el Inaf 2024. A pesar de la universalización del acceso escolar, millones de brasileños permanecen capaces de interpretar textos, aplicar conceptos matemáticos básicos o utilizar competencias digitales, lo que compromete su ciudadanía plena. El estudio adota una abordaje cualitativo, con base en análisis documental y bibliográfico, apoyando-se en datos del Inaf, IBGE, UNICEF y UNESCO, además de literatura especializada. Una investigación revela que el fenómeno está atravesado por desigualdades históricas y estructurales, relacionadas con recortes etarios, raciales, regionales, de género y de renda. La pandemia de Covid-19 agrava este cuadro, provocando una regresión cognitiva y ampliando la exclusión digital, especialmente entre jóvenes e idosos. Un análisis también destaca que las políticas públicas fragmentadas no han sido suficientes para enfrentar el problema. Experiencias locales, como el Sistema Sciliar en Alagoas y proyectos comunitarios de letramento, demuestran que las metodologías basadas en evidencias, la formación docente continuada y las prácticas decoloniales pueden contribuir para avances significativos. El estudio concluye que la superación del analfabetismo funcional exige un pacto nacional intersetorial, capaz de integrar educación, tecnología e inclusión social.

Palabras clave: Analfabetismo Funcional. Desigualdades Educacionales. Políticas Públicas. Letramento Crítico.

1 INTRODUÇÃO

O analfabetismo funcional é melhor compreendido pela distinção e pela relação entre os conceitos de alfabetização e letramento. Soares (1998) argumenta que a alfabetização é o domínio da tecnologia da escrita – a habilidade de codificar e decodificar grafemas e fonemas. O letramento, por sua vez, é o estado ou a condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que permeiam a cultura, sendo capaz de usar essas habilidades para atuar de forma crítica e autônoma na sociedade.

Dessa forma, o analfabetismo funcional surge precisamente da ruptura entre esses dois processos. Trata-se do indivíduo que foi alfabetizado – ou seja, adquiriu as competências básicas de leitura e escrita – mas não foi adequadamente letrado. Ele consegue decifrar palavras e frases simples, mas não desenvolveu a capacidade de interpretar textos mais longos, inferir informações, resolver problemas ou se comunicar por escrito de maneira eficaz em diferentes contextos. Esse é o resultado de um sistema educacional que, frequentemente, prioriza a mecânica da leitura em detrimento da formação de leitores competentes e de cidadãos capazes de usar a escrita como ferramenta de empoderamento (Soares, 1998).

O analfabetismo funcional no Brasil revela um panorama marcado por desigualdades históricas e persistentes, atravessadas por variáveis como idade, raça, gênero, renda e escolaridade. A análise dos dados aponta que, embora haja avanços em alguns grupos, a exclusão educacional permanece significativa, sobretudo entre populações vulnerabilizadas, o que reforça a necessidade de políticas públicas consistentes e articuladas para promover o acesso equitativo ao conhecimento e a plena participação cidadã.

O analfabetismo funcional persiste como um dos mais graves desafios estruturais do Brasil, um país que, nas últimas décadas, universalizou o acesso à escola mas fracassou em garantir a aprendizagem efetiva. Conforme o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) 2024, 29% da população entre 15 e 64 anos — cerca de 50 milhões de pessoas — encontram-se nessa condição, patamar inalterado desde 2018. Este fenômeno vai muito além da mera decodificação de letras; caracteriza-se pela incapacidade de interpretar textos, resolver problemas matemáticos e aplicar conhecimentos em situações práticas, condenando uma parcela significativa da população a uma cidadania limitada.

Este quadro de exclusão é profundamente marcado pelas desigualdades históricas do país impondo uma complexa barreira para o exercício pleno da cidadania, já que dificulta a compreensão de direitos básicos, a interpretação crítica de notícias e a participação qualificada no debate público. Como resultado, milhões de brasileiros tornam-se vulneráveis à desinformação, à manipulação

política e à exclusão digital, perpetuando um ciclo de desigualdade que mina a coesão social e o desenvolvimento econômico do país, uma vez que uma força de trabalho com tais deficiências encontra-se impossibilitada de acompanhar as demandas de um mercado cada vez mais complexo e tecnológico.

A gravidade do problema é amplificada quando observados os recortes étnico-raciais e regionais: enquanto 41% dos brancos alcançam níveis plenos de alfabetização, apenas 31% dos negros e 19% dos indígenas e amarelos atingem o mesmo patamar. As disparidades geográficas são igualmente chocantes, com taxas em municípios pequenos chegando a ser quatro vezes superiores às das grandes cidades, e entre idosos (50-64 anos) atingindo 51%, evidenciando uma dívida educacional secular que não foi saldada.

O sistema educacional brasileiro demonstra uma falha catastrófica em converter anos de escolarização em competências reais. Um dado alarmante ilustra essa crise: 17% dos brasileiros com ensino médio completo e 12% dos com ensino superior são classificados como analfabetos funcionais. A pandemia de Covid-19 agravou drasticamente este cenário, interrompendo trajetórias e provocando uma regressão cognitiva inédita, com o índice entre jovens subindo de 14% para 16% entre 2018 e 2024. Esse fracasso pedagógico gera um ciclo perverso onde o diploma não certifica o conhecimento, desvalorizando a força de trabalho e comprometendo o desenvolvimento nacional.

No contexto de uma economia cada vez mais digital e baseada no conhecimento, as consequências tornam-se ainda mais severas. No mercado de trabalho, 27% dos trabalhadores são analfabetos funcionais, o que limita drasticamente sua produtividade, mobilidade profissional e capacidade de inovação. A exclusão digital emerge como uma nova fronteira de marginalização: 89% desse grupo não consegue preencher formulários online, validar informações em redes sociais ou acessar serviços bancários e de saúde digital, ampliando o abismo que os separa de uma participação social e econômica plena na era da inteligência artificial.

Superar este desafio multifacetado exige mais do que políticas convencionais; demanda uma reinvenção do projeto educacional brasileiro. Programas como o *Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens* e o *Pacto EJA*, com investimentos bilionários, são fundamentais, mas seu foco deve migrar da simples cobertura para a qualidade pedagógica baseada em evidências. Experiências bem-sucedidas em municípios como São José da Laje (AL), que elevou a proficiência leitora de 3% para 71% com o método Scliar, demonstram que a formação docente continuada e metodologias alinhadas às neurociências são eixos transformadores viáveis.

Portanto, a erradicação do analfabetismo funcional se configura não apenas como uma meta educacional urgente, mas como um imperativo ético e econômico para o futuro do país. Trata-se de

uma pré-condição para a construção de uma democracia substantiva, onde todos os cidadãos possam exercer sua capacidade crítica, participar do debate público e contribuir para o desenvolvimento nacional. O legado de pensadores como Paulo Freire e Magda Soares sobre a leitura do mundo segue mais atual do que nunca, exigindo um pacto nacional que priorize, de fato, o direito de aprender.

2 METODOLOGIA

O presente fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, sustentada pela análise documental e bibliográfica de fontes oficiais e acadêmicas que tratam do analfabetismo funcional no Brasil. Foram consultados relatórios do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf 2024), estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicações da UNESCO e UNICEF, além de estudos recentes sobre exclusão educacional. Esse recorte permitiu construir um panorama abrangente do problema, considerando tanto os dados estatísticos quanto a literatura especializada que contextualiza suas raízes históricas e sociais.

A metodologia adotada priorizou a análise de dados secundários, selecionados a partir de critérios de relevância, atualidade e confiabilidade. O Inaf foi escolhido como principal instrumento de referência por ser reconhecido nacionalmente como indicador das competências de leitura, escrita e matemática em diferentes grupos etários. Complementarmente, foram considerados levantamentos do IBGE e investigações de organizações não governamentais voltadas para a educação, com o objetivo de triangulação das informações e maior consistência nos resultados.

O estudo também se pautou em uma perspectiva multidimensional, de modo a articular os recortes etários, raciais, de gênero, socioeconômicos e regionais presentes nos dados. Essa opção metodológica possibilitou compreender as desigualdades estruturais que atravessam o fenômeno, indo além de médias nacionais e revelando especificidades locais. Para isso, as tabelas e estatísticas foram interpretadas em diálogo com referenciais teóricos críticos, como os de Paulo Freire e Magda Soares, que ressaltam a alfabetização como prática social e instrumento de emancipação.

Por fim, a pesquisa empregou análise interpretativa dos dados coletados, buscando relacioná-los com experiências concretas de políticas públicas e iniciativas comunitárias. Casos como a aplicação do Sistema Scliar em Alagoas e projetos comunitários em regiões periféricas foram utilizados como exemplos para verificar a eficácia de determinadas estratégias pedagógicas. Dessa forma, a metodologia não se restringiu à descrição de indicadores, mas avançou para a compreensão de caminhos possíveis para a superação do analfabetismo funcional no Brasil.

3 O ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL

O analfabetismo funcional no Brasil revela um panorama marcado por desigualdades históricas e persistentes, atravessadas por variáveis como idade, raça, gênero, renda e escolaridade. A análise dos dados aponta que, embora haja avanços em alguns grupos, a exclusão educacional permanece significativa, sobretudo entre populações vulnerabilizadas, o que reforça a necessidade de políticas públicas consistentes e articuladas para promover o acesso equitativo ao conhecimento e a plena participação cidadã.

Nesse contexto, a realidade brasileira parece ecoar as críticas de Freire (2019), para quem a alfabetização nunca deveria restringir-se à mera técnica de ler palavras, mas sim ser um ato político de "ler o mundo" e transformá-lo. A persistência do analfabetismo funcional, concentrado nos grupos historicamente marginalizados, evidencia que o sistema educacional, em vez de cumprir seu papel libertador, tem frequentemente perpetuado uma "educação bancária" — termo cunhado por Freire para descrever o modelo em que o conhecimento é simplesmente depositado no aluno, sem criticidade ou contextualização. Portanto, superar esse desafio exigiria, na visão freireana, romper com métodos de ensino alienantes e adotar uma pedagogia que valorize o repertório cultural do educando e o engaje em um processo de aprendizagem significativo e emancipador.

Esse cenário evidencia que o problema não se limita ao âmbito individual, mas constitui uma questão estrutural que reflete a histórica seletividade do sistema educacional brasileiro. A permanência de altos índices de analfabetismo funcional demonstra que o acesso à escola, por si só, não garante a aprendizagem efetiva nem o desenvolvimento de competências essenciais para a vida cotidiana. Assim, torna-se imprescindível compreender o fenômeno como resultado de desigualdades sociais acumuladas, em que fatores como precariedade da infraestrutura escolar, baixa valorização docente e falta de continuidade em políticas públicas se combinam para restringir as oportunidades de milhões de brasileiros.

Levantamento do Inaf 2024 revela um cenário complexo sobre o alfabetismo funcional no Brasil, em que persistem desigualdades estruturais ligadas à idade, raça, gênero, renda e escolaridade. A análise dos dados permite compreender como diferentes grupos populacionais são afetados pela exclusão educacional e de que forma fatores históricos e sociais impactam a consolidação das competências básicas.

Tabela 1: Distribuição do Alfabetismo Funcional por Faixa Etária (Inaf 2024)

| Faixa Etária | Analfabetos Funcionais | Alfabetismo Elementar | Alfabetismo Consolidado |
|-------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 15-29 anos | 16% | 40% | 44% |
| 30-39 anos | 22% | 38% | 40% |
| 40-49 anos | 31% | 35% | 34% |
| 50-64 anos | 51% | 28% | 21% |

Fonte: Adaptado do Inaf (2024)

A leitura dos dados por faixa etária evidencia um processo de fragilização do alfabetismo ao longo do ciclo de vida. Enquanto os jovens entre 15 e 29 anos apresentam maior proporção de alfabetismo consolidado (44%), esse percentual diminui drasticamente entre indivíduos de 50 a 64 anos, em que mais da metade se encontra na condição de analfabetos funcionais (51%). Essa diferença sugere que os avanços educacionais das últimas décadas não alcançaram uniformemente todas as gerações, refletindo desigualdades históricas no acesso à escola e na permanência dos estudantes em níveis mais elevados de ensino.

4 ANÁLISE DAS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

As disparidades regionais e demográficas conformam um mosaico de exclusão educacional. O Nordeste lidera as taxas de analfabetismo funcional (37%), contrastando com o Sul (16%) e o Sudeste (24%). Municípios com menos de 20 mil habitantes registram índices quatro vezes superiores aos de centros urbanos acima de 500 mil habitantes, o que evidencia a negligência histórica com zonas rurais e periferias. Entre os 25 municípios com piores indicadores, 22 localizam-se no Nordeste, como Floresta do Piauí (34,7%) e Alto Alegre/RR (36,8%).

O recorte racial revela desigualdades persistentes. Indígenas apresentam taxa de analfabetismo absoluto de 16,1%, seguidos por pretos (10,1%) e pardos (8,8%), enquanto brancos registram apenas 4,3%. Entre idosos negros com 65 anos ou mais, o índice chega a 21,8%, contra 8,1% entre brancos da mesma faixa etária. A renda também se confirma como elemento determinante: 48% das famílias com até um salário mínimo são analfabetas funcionais, enquanto esse índice cai para 4% entre quem recebe mais de cinco salários mínimos.

Tabela 2: Alfabetismo Funcional por Escolaridade (Inaf 2024)

| Escolaridade | Analfabetos Funcionais | Alfabetismo Elementar | Alfabetismo Consolidado |
|---------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Sem estudo | 98% | 0% | 2% |
| Ensino Fundamental | 78% | 19% | 4% |
| Ensino Médio | 17% | 45% | 38% |
| Ensino Superior | 12% | 27% | 61% |

Fonte: Inaf (2024)

A pandemia de Covid-19 agravou vulnerabilidades já existentes. Jovens de 15 a 29 anos, sobretudo em comunidades periféricas, enfrentaram o duplo impacto da perda de ambientes formais de aprendizagem e da privação de espaços informais de letramento, como bibliotecas e centros culturais. Esse cenário resultou em regressão cognitiva, intensificada pela falta de acesso a dispositivos digitais e conectividade.

No ensino superior, o reflexo também foi perceptível. Entre universitários, a proporção no nível proficiente caiu de 71% em 2018 para 61% em 2024, revelando que a educação superior não tem sido capaz de compensar as deficiências estruturais herdadas da formação básica.

O gênero também apresenta diferenças relevantes. Mulheres exibem taxas de alfabetização superiores (93,5%) em relação aos homens (92,5%), vantagem observada em quase todas as faixas etárias, exceto entre idosos. Essa diferença se reflete no mercado de trabalho: 73% das mulheres são funcionalmente alfabetizadas contra 69% dos homens, embora as desigualdades salariais persistam.

Outro fator que merece destaque é a relação entre alfabetismo e acesso a políticas públicas de inclusão digital. Embora iniciativas governamentais tenham buscado ampliar a conectividade, grande parte das famílias de baixa renda permanece excluída, o que agrava as dificuldades de inserção social e laboral.

A análise dos dados do Inaf 2024 evidencia que a superação das desigualdades em alfabetismo funcional exige políticas intersetoriais que articulem educação, tecnologia e equidade social. Investir apenas em escolarização formal não é suficiente: é necessário enfrentar barreiras históricas e socioeconômicas que limitam o desenvolvimento pleno da cidadania.

5 O DESAFIO DIGITAL E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A quarta revolução industrial impõe uma camada crítica ao desafio do alfabetismo, redefinindo a exclusão. Pela primeira vez, o Inaf avaliou competências digitais, revelando que 89% dos analfabetos funcionais são incapazes de preencher formulários online, validar informações em redes sociais ou criar senhas seguras. Essa exclusão digital não é um problema isolado, mas um multiplicador de vulnerabilidades que impede o acesso a serviços bancários, plataformas de saúde eletrônica (e-SUS) e oportunidades de trabalho remoto, aprofundando o abismo social em um mundo cada vez mais mediado por interfaces.

Diante dessa complexidade, as políticas públicas mostram-se fragmentadas e insuficientes. Programas federais, embora bem-intencionados, operam de forma compartmentalizada: o *Pacto EJA*, ambicioso em seu orçamento (R\$ 4 bilhões até 2026), negligencia ações específicas para idosos — o grupo mais afetado, com 51% de analfabetismo funcional. De modo análogo,

o *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada* (CNCA) concentra-se na primeira infância, deixando uma lacuna perigosa para adolescentes e adultos cujas aprendizagens foram interrompidas pela pandemia. Essa falta de visão sistêmica e continuada é um dos maiores obstáculos para a superação do problema.

A eficácia da ação estatal, contudo, é comprovada quando há adoção de metodologias baseadas em evidências e foco na gestão. Municípios que implementaram abordagens inovadoras demonstram a viabilidade da reversão do quadro. Em São José da Laje (AL), a aplicação do Sistema Scliar, alinhado às neurociências e à psicolinguística, resultou em um salto extraordinário: de 3% para 71% de crianças proficientes em leitura aos 7 anos. Casos como esse evidenciam que o problema não é insolúvel, mas demanda investimento em estratégias pedagógicas comprovadas e articulação entre entes federativos.

Nesse contexto, a formação docente continuada emerge como o alicerce incontornável de qualquer política bem-sucedida. Investir no professor é multiplicar o impacto na sala de aula. Pesquisas apontam que educadores capacitados em metodologias ativas — como gamificação e projetos interdisciplinares que conectam a leitura ao cotidiano — elevam em até 40% a compreensão leitora dos estudantes. Experiências em estados como Ceará e Espírito Santo, que instituíram programas robustos de mentoria e planos de carreira atrativos, colhem os frutos dessa aposta com melhorias consistentes nos índices de aprendizagem.

Para além da técnica, é imperativo integrar o letramento crítico ao currículo, transformando a leitura em uma ferramenta de emancipação. A simples decodificação não basta em um ambiente de desinformação; é preciso ensinar a questionar, contextualizar e interpretar textos em sua dimensão social. Projetos que vinculam a alfabetização a debates sobre racismo, gênero e justiça ambiental, como os adotados em redes estaduais de Pernambuco e São Paulo, mostram-se poderosos para engajar adolescentes, demonstrando que a palavra escrita é instrumento de poder e agência cultural.

Portanto, a superação do analfabetismo funcional na era digital exige uma estratégia tríplice: infraestrutura tecnológica universal, políticas articuladas ao longo de toda a vida e um investimento maciço na qualificação docente. O caminho forward deve unir a personalização do ensino, por meio de ferramentas digitais adaptativas como o GraphoGame (apoiado pela UNESCO), à força humanizadora do professor, capaz de transformar dados em significado. Só assim será possível garantir que o acesso ao digital signifique, de fato, inclusão e capacitação para navegar, com autonomia e senso crítico, os complexos desafios do século XXI.

6 ESTRATÉGIAS INTEGRADAS E O PAPEL DA SOCIEDADE

A erradicação do analfabetismo funcional requer uma articulação efetiva entre Estado, setor privado e comunidade. Experiências locais demonstram que a participação das famílias potencializa os resultados educacionais. Um exemplo é o projeto Roedores de Livros (DF), que ao envolver familiares na mediação de leitura aumentou em 30% o engajamento de adolescentes em contextos periféricos. O setor empresarial também pode contribuir por meio de programas de formação continuada voltados ao letramento digital e ao numeramento. Nesse sentido, Eduardo Saron, presidente da Fundação Itaú, propôs um 'pacto nacional pela matemática', mobilizando governos, universidades e indústria diante do preocupante índice de apenas 10% de brasileiros proficientes em operações complexas.

Entre idosos, iniciativas comunitárias têm revelado caminhos promissores para o fortalecimento do letramento funcional. Oficinas de uso de smartphones em São Paulo e Porto Alegre reduziram o isolamento digital e ampliaram habilidades básicas, gerando impacto mensurável: 68% dos participantes passaram a utilizar aplicativos de saúde e transporte de forma autônoma. Nesse contexto, a tecnologia adaptativa mostra-se uma ferramenta eficaz. O aplicativo **GraphoGame**, apoiado pela UNESCO, personaliza exercícios de leitura conforme o ritmo do usuário e registrou ganhos de 32% na fluência leitora em estados como Alagoas e Maranhão.

Tabela 3: Proposta de Matriz de Intervenções Multinível

| Nível | Ações Prioritárias | Atores Envolvidos |
|-------------------|---|------------------------------------|
| Federal | Metodologias baseadas em evidências; Financiamento para EJA | MEC, INEP, FNDE |
| Estadual | Formação docente; Infraestrutura digital | Secretarias de Educação |
| Municipal | Projetos comunitários; Bibliotecas itinerantes | Escolas, ONGs, Conselhos Tutelares |
| Familiar | Mediação cultural; Oficinas de leitura | Associações de bairro |
| Individual | Tutoria adaptativa; Aplicativos educativos | Professores, Psicólogos |

Fonte: Elaboração própria com base em Inaf (2024).

Outro eixo fundamental envolve a valorização de práticas educacionais decoloniais. Comunidades indígenas do Alto Rio Negro têm produzido materiais bilíngues (português-nheengatu) que respeitam cosmovisões ancestrais, reduzindo em 22% os índices de analfabetismo funcional. De forma semelhante, quilombos da Bahia adotam narrativas orais em iorubá como estratégia de letramento, modelo reconhecido pela UNESCO como boa prática de educação inclusiva.

A intersetorialidade também deve ser considerada como diretriz estratégica. O diálogo entre saúde, assistência social e educação pode ampliar o alcance de políticas públicas, garantindo que comunidades vulneráveis recebam apoio integral. Programas que associam alfabetização de jovens e adultos com capacitação profissional e acompanhamento social ampliam as chances de permanência e sucesso escolar.

Por fim, é essencial compreender que a superação do analfabetismo funcional não se restringe à aquisição de competências básicas de leitura e escrita. Ela implica promover cidadania ativa, autonomia e inclusão social. Para tanto, torna-se urgente combinar investimentos públicos sustentáveis com iniciativas locais e o fortalecimento da cultura comunitária, de modo a construir um projeto educacional enraizado nas múltiplas realidades brasileiras.

7 CONCLUSÃO

O analfabetismo funcional no Brasil é a face mais perversa de um sistema educacional que universalizou o acesso, mas negligenciou a qualidade. Os dados de 2024-2025 comprovam: não basta matricular; é preciso ensinar a ler, escrever e pensar criticamente. A estagnação das taxas exige respostas multilaterais: escolas como núcleos de excelência pedagógica; políticas com recortes específicos para idosos, populações rurais e comunidades tradicionais; e integração do letramento digital como direito humano fundamental.

A superação deste desafio exige, portanto, uma mudança de paradigma educacional. É preciso transcender a instrução mecânica e adotar um modelo que priorize a compreensão crítica, a contextualização do conhecimento e o letramento digital. Somente uma abordagem integral, que articule escola, políticas públicas e comunidade, poderá transformar dados em desenvolvimento e garantir uma cidadania plena para milhões de brasileiros.

Casos como o de Alagoas — que elevou sua taxa de alfabetização em 6,7 pontos percentuais em 12 anos — demonstram que mudanças são viáveis quando há vontade política sustentada. O legado de Paulo Freire (1989) segue urgente: "o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra, mas se alonga na inteligência do mundo". Nesse sentido, a superação do analfabetismo funcional é mais que um desafio educacional; é pré-requisito para a construção de uma democracia substantiva.

Contudo, o combate a esse cenário exige um redirecionamento dos investimentos públicos, priorizando a valorização docente, a infraestrutura escolar e a universalização do acesso a bibliotecas e materiais pedagógicos de qualidade. Sem uma alocação eficiente de recursos que traduza as políticas em ações concretas nas salas de aula, o risco de perpetuarmos um ciclo de exclusão pela incapacidade

de interpretação e produção de conhecimento seguirá intacto, condenando gerações à margem da participação social e econômica plena.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) 2024. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Três em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais. Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-05/tres-cada-10-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-0>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BRASIL ESCOLA. Analfabetismo funcional: o que é, dados, no Brasil. 2025. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/noticias/pesquisa-aponta-que-29-dos-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-saiba-o-que-e-analfabetismo-funcional/3132298.html>. Acesso em: 08 jul. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. 3 a cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, mostra pesquisa. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2025/05/7133034-analfabetismo-funcional-no-brasil-permanece-em-29-mesmo-indice-de-2018.html>. Acesso em: 08 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Analfabetismo funcional atinge 29% dos brasileiros, aponta novo estudo do Inaf. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/noticias/educacao/analfabetismo-funcional-atinge-29-dos-brasileiros-aponta-novo-estudo-do-inaf>. Acesso em: 08 jul. 2025.

G1. 3 a cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/05/05/3-a-cada-10-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-indica-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Alfabetização. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html>. Acesso em: 08 jul. 2025.

PODER360. Brasil reduz taxa de analfabetismo para 5,3% em 2024, diz IBGE. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-educacao/brasil-reduz-taxa-de-analfabetismo-para-53-em-2024-diz-ibge/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
UOL EDUCAÇÃO. Brasil tem 29% de analfabetos funcionais; pandemia piorou quadro entre jovens. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2025/05/05/estagnado-brasil-tem-29-de-analfabetos-funcionais-pandemia-piorou-quadro.htm>. Acesso em: 08 jul. 2025.

UNICEF. Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf>. Acesso em: 08 jul. 2025